



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – CONTAS DE GOVERNO

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2023

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2023, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 10.098/2023, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa Municipal SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 68/2020 e dos termos da Resolução 227/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2023, responder todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, realizar acompanhamento e enviar respostas ao cidadão através dos canais da Ouvidoria Municipal e e-SIC, bem como realizar monitoramentos, correções e atendimento das fiscalizações dos Portais de Transparência nos sites municipais.

É notório que, em virtude da quantidade insuficiente de servidores no setor, algumas atividades não foram realizadas durante o exercício. Contudo, há de se destacar o cumprimento integral das Auditorias constante no cronograma do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2023.

Além disso, foram realizadas, durante o exercício, pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da entidade – MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2023: R\$2.511.180,96 Data de Repasse mensal: 19/01/2023: R\$ 209.265,08 17/02/2023: R\$ 209.265,08 20/03/2023: R\$ 209.265,08 20/04/2023: R\$ 209.265,08 19/05/2023: R\$ 209.265,08 20/06/2023: R\$ 209.265,08 20/07/2023: R\$ 209.265,08 18/08/2023: R\$ 209.265,08 20/09/2023: R\$ 209.265,08 20/10/2023: R\$ 209.265,08 20/11/2023: R\$ 209.265,08 20/12/2023: R\$ 209.265,08 Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 2.680.000,00
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	BALFIN – Balanço Financeiro - RPPS BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita - RPPS BALVER – Balancete de Verificação – Consolidado	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias:	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	DEMVAP – Demonstrativo de variações patrimoniais - RPPS BALVER – Balancete de Verificação - RPPS BALEXOD – RPPS Balancete Orçamentário da despesa			R\$ 10.219.135,76 BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 113.578,23 DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 5.905.103,51 BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 2.032.659,53 BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 Valor de insuficiência financeira:	R\$ 10.219.135,76 BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 113.578,23 DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 5.905.103,51 BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 2.032.659,53 BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98
--	--	--	--	---	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 3.411.238,98	
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS DEMAAT – Reavaliação Atuarial Lei Municipal nº 1.789/2023	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022; Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise do arquivo DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST do RPPS para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do ente. Lei municipal nº 1.789/2023 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial a partir da data de 19/04/2023 Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial até o dia 18/04/2023 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;	Análise dos arquivos DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST do RPPS para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do ente. Lei municipal nº 1.789/2023 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial a partir da data de 19/04/2023 Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial até o dia 18/04/2023 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT de cada unidade gestora Balanço Patrimonial – BALPAT – Consolidado Inventário de Bens Móveis – INVMOV de cada UG; Inventário de Bens imóveis – INVIMO de cada UG; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT de cada UG	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado, são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens móveis – INVMOV das UG's. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO das UG's.	BALPAT- Consolidado Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 27.670.631,32 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 64.105.883,13 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT das UG's. Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis das UG's.	R\$ 10.359.583,19 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 1.228.048,84
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extrato Bancário em 31/12/2023 – EXTBAN das UG's Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP de todas as UG's em confronto com os extratos bancários do final do exercício, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Registra-se que as análises foram realizadas na PCA-Contas de Gestão de cada unidade gestora, sendo verificada que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação - confirmação externa	Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's Extrato bancário em 31/12/2023 – EXTBAN das UG's Balanço Financeiro – BALFIN Balanço Patrimonial - BALPAT Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Extratos bancários, em confronto com os dados das demonstrações contábeis do Consolidado – Contas de Governo evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.	TVDISP – Soma dos extratos bancários final do exercício de 2023 Total: R\$ 94.757.293,07 BALPAT: Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa, somado aos investimentos e aplicações: R\$ 94.757.293,07 BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						e equivalente de caixa: R\$ 94.757.293,07 DEMFC: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa final: R\$ 94.757.293,07
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA – da Conta de Gestão - Prefeitura Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDAT – da Conta de Gestão – Prefeitura Balancete de Verificação – BALVER - Consolidado Balanço Patrimonial – BALPAT - Consolidado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Conforme evidenciado no Balancete de Verificação – BALVER, no Balanço Patrimonial – BALPAT, no Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa - DEMDATA, e no Demonstrativo de dívida ativa cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT, o saldo final da dívida ativa tributária informada no DEMDAT difere em R\$ 0,02 do saldo evidenciado nos demonstrativos BALVER e BALPAT, em relação ao Valor Atual da Dívida Ativa Tributária constante do arquivo DEMDATA. O Município de Águia Branca não possui dívida ativa não tributária.	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$875.533,70 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$757.583,08 Movimentação de Dívida Ativa Tributária em 2023: - Acréscimo de Débito R\$117.950,62 - Acréscimo de Crédito R\$ 82.503,06 - Descontos R\$ 0,00 - Cancelamentos: R\$ 2.657,56 (Prescrição) - Baixas: R\$ 0,00 DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: A Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALPAT: Ativo Circulante Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,72 Dívida Ativa Não tributária R\$ 0,00 BALVER: Conta contábil 1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributária Consolidação: R\$ 875.533,72
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Validação dos dados com o cálculo automatizado do Demonstrativa do Cidades na PCA.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2023: R\$ 10.584.230,65 Percentual de aplicação: 27,80%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2023 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2023: R\$ 6.859.974,02 Percentual de aplicação: 71,36% Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2023: 1º Bimestre: 58,89% 2º Bimestre: 63,23% 3º Bimestre: 61,75%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					5º Bimestre 6º Bimestre	4º Bimestre: 63,11% 5º Bimestre: 65,36% 6º Bimestre: 71,36%
1.4.3	Educação - Pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2023: R\$ 7.545.595,76 Percentual de aplicação: 20,55%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.		
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Listagem de empenhos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2023	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise à listagem de empenhos realizados na Prefeitura Municipal de Água Branca, referente exercício de 2023, por meio de consulta aos elementos de despesa empenhados, conclui-se que no exercício de 2023 não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Listagem de empenhos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2023
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Demonstrativo no sistema Cidades		observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Executivo: R\$ 26.107.767,37 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 45,42%
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.777/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.780/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.777/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.780/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.827/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).	com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.827/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Verifica-se que durante o exercício a despesa de pessoal total não excedeu o limite máximo de 95%. Registra-se que durante o exercício de 2023, foi aprovado Decreto nº 10.370/2023 que estabeleceu medidas de contingenciamento e racionalização de gastos do Poder Executivo Municipal no 2º semestre	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 26.107.767,37 Limite apurado: 45,42% Limite Máximo: 54% R\$ 31.042.649,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 29.490.516,79



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					do ano de 2023.	
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 26.107.767,37 Limite apurado: 45,42% Limite Máximo: 54% R\$ 31.042.649,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 29.490.516,79
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	<u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022</u> <u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022</u>	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2023, foi verificado a disposição em seu art. 44, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2023. Em análise a LOA publicada para o exercício de 2023, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.	Art. 44 da Lei nº 1.712/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.754/2022 – Lei Orçamentária Anual Quadro demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas: Elemento de despesa: 3.1.00.00.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais: 50,88% R\$ 29.401.985,37



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.		
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	<u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022</u> Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal de Águia Branca no exercício de 2023: Previsão de repasse de duodécimo - Lei Orçamentária Anual Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92	Lei Orçamentária Anual Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal: R\$ 2.680.000,00 Transferência de Duodécimo no exercício de 2023: Valor Apurado: R\$2.511.180,96 Percentual: 6,56% Valor Máximo de Limite R\$ 2.511.180,99 Percentual: 7% Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2023: R\$2.511.180,96 Data de Repasse mensal: 19/01/2023: R\$ 209.265,08 17/02/2023: R\$ 209.265,08



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						20/03/2023: R\$ 209.265,08 20/04/2023: R\$ 209.265,08 19/05/2023: R\$ 209.265,08 20/06/2023: R\$ 209.265,08 20/07/2023: R\$ 209.265,08 18/08/2023: R\$ 209.265,08 20/09/2023: R\$ 209.265,08 20/10/2023: R\$ 209.265,08 20/11/2023: R\$ 209.265,08 20/12/2023: R\$ 209.265,08 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferências recebidas Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.511.180,96
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2023, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 52.303.952,79 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 28.986.239,31) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 55,42% Limite Máximo permitido: R\$ 62.764.743,35



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 57.486.387,50 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 49.058.930,30) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 85,34% Limite Máximo permitido: R\$ 68.983.665,00
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanco Orçamentário – BALORC Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2023.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanço Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito Balanco Orçamentário – BALORC - Receita de Capital - Realizadas: Operações de crédito: R\$0,00
2.1.1	LDO compatibilidade	<u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –</u>	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de	<u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	com Plano Plurianual.	Lei nº 1.712/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021		estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA. Vale mencionar ainda, que a LDO do exercício de 2023 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	Lei nº 1.712/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023.
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se que os artigos 25 e 43, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 43 da Lei nº 1.712/2022 – LDO.
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se pelo artigo 40, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece dispositivo de controle de custos.	Art. 40, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				públicas e privadas.	Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.712/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2023 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.712/2022 Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS: 02.01.00 – Demonstrativo 1 – METAS ANUAIS
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021. Em análise ao Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício vigente, verifica-se que foram elaborados todos os demonstrativos constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição.	LDO – Lei nº 1.712/2022: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Tabela 3 Evolução do Patrimônio Líquido – Tabela 04 Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 05 Avaliação da Situação Financeira e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Tabela 06 Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07 Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Tabela 08 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 64) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 100) Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 105) Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 115) Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 121) Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 132/133) Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (p. 139)
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.151)
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, caput e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.712/2022 - Análise da matéria constante do art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único 01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS 01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição, verifica-se que o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, se encontra em conformidade com o MDF (12ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924/2021 - STN
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.712/2022 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 Análise documental dos documentos de planejamento: OFÍCIO/GAB/272/2022 – 30/08/2022, encaminhado ao Poder Judiciário;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo		OFÍCIO/GAB/273/2022 - 30/08/2022, encaminhado ao órgão do Ministério Público; Mensagem 081/2022 - 30/08/2022, encaminhado à Câmara Municipal de Águia Branca.
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2023, não disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022/2025 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em consulta realizada através do relatório de compatibilização do orçamento/metadados fiscais, verifica-se a compatibilização do orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade.
2.1.12	Renúncia de Receita – demonstrativo regionalizado dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da natureza financeira, tributária, creditícia, bem como, das medidas de	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, verifica-se que o Município de Águia Branca realizou previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 - 02.07.00 Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.		LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
2.1.13	LOA reserva de contingência	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.754/2022) do exercício de 2023, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.667/2021: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.712/2022 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 02 de abril, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.754/2022) do exercício de 2023, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril do exercício vigente, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de passivos contingentes para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.754/2022) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 16.300,00 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, passivos contingentes – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO – Decreto nº 10.307/2023	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, foi verificada a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Decreto nº 10.307/2023, de 31/05/2023, dispõe sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se que foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2023.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				PPA, da LDO e da LOA.		orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Presencial da LDO realizada no dia 20/04/2022 Audiência Pública Online da LOA no período de 15/09/2022 a 25/09/2022.
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	<u>LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022</u> LIMITA RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.712/2022), denota-se que o Município de Águia Branca, não realizou atos normativos de limitação de empenho.	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.712/2022, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2023 Previsão inicial: R\$ 57.782.713,17 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2023 (Previsão atualizada): R\$ 57.914.809,61 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de 2023: R\$ 106.749.629,46 Superávit de Arrecadação: R\$ 48.966.916,29
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14. art. 113 do ADCT.	Avaliar se a proposição legislativa que cria ou altera concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2023 leis de incentivo ou benefício de natureza	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				que incida renúncia de receita tributária da qual decorra está acompanhada da renúncia de receita.	
				estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar e nos dois seguintes.	
2.2.4	Renúncia de receitas da eficácia concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	LC 101/2000, art. 14, §2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Demonstrativo regionalizado do efeito, com previsão de renúncia de receita, contudo, sem a efetiva medida de compensação.
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Processo de Auditoria nº 1667/2023	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Análise realizada através do Processo de Auditoria nº 1667/2023 Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2023, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.754/2022).
					DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.783/2023 Lei nº 1.784/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.837/2023 Lei nº 1.768/2023 Lei nº 1.773/2023 Lei nº 1.774/2023 Lei nº 1.775/2023 Lei nº 1.776/2023 Lei nº 1.778/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.783/2023 Lei nº 1.784/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.837/2023 Lei nº 1.768/2023 Lei nº 1.773/2023 Lei nº 1.774/2023 Lei nº 1.775/2023 Lei nº 1.776/2023 Lei nº 1.778/2023 Lei nº 1.779/2023 Lei nº 1.786/2023 Lei nº 1.787/2023 Lei nº 1.795/2023 Lei nº 1.796/2023 Lei nº 1.797/2023 Lei nº 1.800/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.849/2023 Lei nº 1.852/2023 Lei nº 1.835/2023	Lei nº 1.779/2023 Lei nº 1.786/2023 Lei nº 1.787/2023 Lei nº 1.795/2023 Lei nº 1.796/2023 Lei nº 1.797/2023 Lei nº 1.800/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.849/2023 Lei nº 1.852/2023 Lei nº 1.835/2023
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais Processo de Auditoria nº 1667/2023	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2023, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos expedidos no exercício de 2023: 64 Decretos executivos
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de	Lei Municipal nº 1.793/2023 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1792-2023-	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Água Branca no exercício de 2023, verifica-se que	Lei Municipal nº 1.793/2023 – cria o Fundo Municipal de habitação de interesse social (FMHIS).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	fundos de qualquer natureza	de 1684934275.pdf		autorização legislativa.	estes foram instituídos mediante prévia autorização legislativa.	
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=7 LDO 2023 https://prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=6 LOA 2023 https://prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=5 RREO 2023 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria RGF 2023 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Parecer prévio do Tribunal de Contas Estadual https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento/index/0?tipo=13 Relatórios do Controle Interno http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência, verifica-se que todas as informações referentes a execução orçamentária e financeira foram publicadas em tempo real.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Execução Orçamentária da Despesa: Empenhos e favorecidos: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx Liquidações e favorecidos: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/liquidacoes.aspx Pagamentos e favorecidos: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/pagamentos.aspx Execução Orçamentária da Receita: Receita Realizada: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/execucaoreceitas.aspx



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Arrecadação das Receitas por Percentual: http://aguia branca.es.portaltp.com.br/consultas/receitas/receitaspercentual.aspx
2.2.25	Transparência na gestão – Conteúdo do RREO	Manual de demonstrativos fiscais da 12ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos disponibilizados bimestralmente contém todos os demonstrativos do RREO.	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo I – Balanço Orçamentário (p.172/173) Anexo II – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção (p.199) Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (p.207) Anexo IV – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias (p.226/227) Anexo VI – Demonstrativo do resultado primário e nominal (p.262/263) Anexo VII – Demonstrativo dos restos a pagar (p.289) Anexo VIII – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE (p.317/318) Anexo IX – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital (p.363) RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria Publicações do RREO



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					1º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.239 – pág. 09 a 30 – Data: 30/03/2023 - Portal da Transparência – Data: 30/03/2023 2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.777 – pág. 25 a 44 – Data: 30/05/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/05/2023 3º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 04 a 23 – Data: 28/07/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/09/2023 4º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.363 – pág. 04 a 26 – Data: 29/09/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/09/2023 5º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.402 – pág. 05 a 27 – Data: 30/11/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/11/2023 6º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 27 a 50 – Data: 30/01/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Municipal de Água Branca – Data: 30/01/2024
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2023 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2023, o Município de Água Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Água Branca.
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES BALORC – Balanço Orçamentário	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Água Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2023 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 22.006.226,71	LIMITA - Declaração informando que o Município de Água Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 22.006.226,71
2.2.3.10	Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU	Lei Municipal nº 1.426/2017 – Código Tributário Municipal	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se a legislação tributária municipal dispõe sobre a Planta Genérica de Valores de Imóveis para fins de lançamento do IPTU.	Em análise a Lei Municipal nº 1.426/2017, verifica-se através do art. 151, a previsão de base de cálculo do IPTU através de Planta Genérica de valores.	Art. 151 da Lei Municipal nº 1.426/2017



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.3.29	Transparência na gestão – divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Em análise ao Portal da Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES), verifica-se que foram publicados, todos os anexos referentes ao Relatório de Gestão Fiscal.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 1º Semestre - DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 23 a 28 – Data: 28/07/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 28/07/2023 2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 51 a 57 – Data: 30/01/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/01/2024
2.2.3.30	Transparência na gestão – Conteúdo do RGF	RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3	LC 101/2000, arts. 55 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos do RGF disponibilizados bimestralmente contêm todos os demonstrativos do MDF https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3	Manual de Demonstrativos Fiscais - Relatório de Gestão Fiscal: Anexo I – Demonstrativo de Despesa com pessoal (p.523) Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (p.560) Anexo III – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores (p.591) Anexo IV – Demonstrativo das operações de crédito (p.606) Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar (p.632) Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal (p.646)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balanco patrimonial – BALPAT RELPRE – Relação consolidada dos precatórios judiciais	CRBF/88, art.100 /Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10..	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT e na Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Águia Branca não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2023.	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT e na Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Águia Branca não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2023.
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo 06 Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 02	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023 a Prefeitura Municipal de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	Conforme análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023 a Prefeitura Municipal de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023, o Município de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. - Precatórios anteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4.4	Dívida pública evidenciada no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II – 2º Bimestre - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Limite definido por Resolução do Senado Federal: R\$ 68.983.665,00 Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30)
2.4.5	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2023 (Anexo 03)	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram no descumprimento desses limites. Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município de Água Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I, da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30) Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%) R\$ 68.983.665,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2023 (Anexo 03) Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal,	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			art. 17.	sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, bem como se contratou operações de crédito em que tenha sido prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	Valor: 0,00
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00
2.4.8	Operação de crédito vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF denota-se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30)
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º da Resolução nº 43/2001, do	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.		Senado Federal.	não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
2.4.10	Operação de crédito - Regra de Ouro	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo 9 – Demonstrativo de Operações de crédito e despesas de capital Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 9 (Demonstrativo das Operações de Crédito) considerando a ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das normas do art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, assim como verifica-se o cumprimento da regra de ouro.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo 9 – Balanço Orçamentário Despesas de Capital: R\$ 24.551.225,83
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização de Operações de crédito, não há extrapolação do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 9.197.822,00 Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%
2.4.12	Operação de limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
2.4.13	Operação de crédito – atendimento às condições para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Verificar se foram observadas as condições para contratação de operação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre Garantias Concedidas aos municípios - Operações de Créditos Externas: R\$ 0,00 - Operações de Créditos Internas: R\$ 0,00
2.4.14	Operação de crédito concessão de	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal,	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	art. 18.	Senado Federal foram observadas.	que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2023, portanto, não se opera a observância das exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre
2.4.15	Garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre: R\$ 0,00 Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 12.647.005,25
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise da norma pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Água Branca.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Água Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2023 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2023, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2023
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	0
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	02

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta um *déficit* do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 40% das vagas disponíveis, com um total de 02 (duas) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, a alta demanda do exercício de 2023 prejudicou a execução completa das atividades permanentes do órgão de controle interno, principalmente em razão do cargo de Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis possuir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das 04 (quatro) Unidades Gestoras vinculadas a Unidade Central de Controle Interno.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2023

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2023, ressalta-se a ocorrência do cumprimento integral do Cronograma de Auditorias previstas no PAAI/2023, registrando que as atividades permanentes, restaram prejudicadas por ausência de quadro de pessoal suficiente a atender com eficiência as demandas encaminhadas ao órgão.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2023**, destacamos que foram previstas 10 (dez) Auditorias a serem realizadas no exercício de 2023, todas executadas e **CONCLUÍDAS**, sem a necessidade de monitorando das recomendações propostas, conforme consta quadro abaixo:

AUDITORIAS INTERNAS EXECUTADAS EM 2023

IDENTIFICAÇÃO	AÇÃO DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	OBJETO DA AUDITORIA
Processo nº 1665/2023	AÇÃO Nº 001/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades
Processo nº 1666/2023	AÇÃO Nº 002/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Governo)	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 2367/2023	AÇÃO Nº 003/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	- Registro por competência - despesas previdenciárias patronais - Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal - Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor
Processo nº 2228/2023	AÇÃO Nº 004/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 2368/2023	AÇÃO Nº 005/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Gestão)	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2369/2023	AÇÃO Nº 006/2023	CÂMARA MUNICIPAL	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2370/2023	AÇÃO Nº 007/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2371/2023	AÇÃO Nº 008/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	Despesa – realização sem prévio empenho
Processo nº 2372/2023	AÇÃO Nº 009/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades
Processo nº 1667/2023	AÇÃO Nº 010/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA (Contas de Governo)	- Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura - Créditos adicionais – decreto executivo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.2 Análises Técnicas e Outros procedimentos realizados

Consoante às atividades realizadas pela Unidade Central de Controle Interno no exercício de 2023, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES, Resolução nº 227/2011 do TCEES e demais disposições legais aplicáveis, no tocante aos procedimentos adotados pelo Controle Interno no ano de 2023, destaca-se a instauração 01 (um) Processo de Inspeção, e 06 (seis) Processos de fiscalização, conforme transcrevo resumo abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	OBJETO	SITUAÇÃO
Processo nº 752/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Reclamação TC nº 062/2023-1 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 1722/2023	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Notícia de Irregularidade TC nº 161/2023-9 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 2883/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Notícia de Irregularidade TC nº 307/2023 – Ouvidoria do TCEES	Concluído
Processo nº 4301/2023	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Inspeção - Avaliar através de inspeção <i>in loco</i> as fraldas geriátricas disponibilizadas pelo serviço de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde	Concluído
Processo nº 3137/2023	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP 2023	Concluído
Processo nº 3138/2023	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Avaliação do Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP 2023	Concluído
Processo nº 3694/2023	PREFEITURA MUNICIPAL	Avaliação do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública 2023	Concluído

Além disso, com a finalidade de orientar o gestor na prática dos atos de gestão, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, foram expedidas diversas Comunicações, Recomendações e Alertas as Unidades Gestoras durante o exercício de 2023, conforme destacamos a seguir:

- OFÍCIO/CGM/001/2023 – Comunicação – Novo ponto de controle do CidadES
Folha de Pagamento – Abate teto;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/002/2023 – Comunicação – Prazo de envio do Resumo do Concurso do Exercício Anterior – RCA 2022;
- OFÍCIO/CGM/003/2023 – Plano de Ação do Processo nº 2784/2022 – Adequações do Portal da Transparência e sítio eletrônico municipal;
- OFÍCIO/CGM/004/2023 – Comunicação – Novo ponto de controle do CidadES Folha de Pagamento – Abate teto;
- OFÍCIO/CGM/005/2023 – Recomendação – Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso;
- OFÍCIO/CGM/007/2023 – Recomendação – Publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- OFÍCIO/CGM/008/2023 – Recomendação – Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);
- OFÍCIO/CGM/010/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/011/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/012/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/013/2023 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA 2022 ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo;
- OFÍCIO/CGM/014/2023 – Recomendação e Orientação – Nomeação de fiscal de contrato;
- OFÍCIO/CGM/036/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/037/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/038/2023 – Comunicação – Cronograma de Auditorias do exercício de 2023;
- OFÍCIO/CGM/039/2023 – Comunicação – Alteração do Anexo V da IN 68/2020;
- OFÍCIO/CGM/040/2023 – Comunicação – Alteração do Anexo V da IN 68/2020;
- OFÍCIO/CGM/041/2023 – Recomendação – Reitera OFÍCIO/CGM/005/2023 – Elaboração de Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso;
- OFÍCIO/CGM/047/2023 – Notificação – Execução judicial de dívida ativa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

tributária municipal;

- OFÍCIO/CGM/048/2023 – Notificação – Cobrança administrativa da Dívida Ativa municipal por meio de protesto;
- OFÍCIO/CGM/052/2023 – Recomendação/Alerta – Achados da PCA 2022 – Contas do Prefeito – Proposições de melhoria nos instrumentos de planejamento;
- OFÍCIO/CGM/053/2023 – Recomendação/Alerta – Achados da PCA 2022 – Contas do Prefeito – Proposições de melhoria na elaboração dos Projetos de Lei;
- OFÍCIO/CGM/054/2023 – Recomendação – Reclamação da Ouvidoria Municipal – Adoção de procedimentos de otimização de atendimento por triagem aos pacientes de urgência;
- OFÍCIO/CGM/061/2023 – Comunicação Administrativa – Início da fiscalização de Auditoria pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações – NED do TCEES;
- OFÍCIO/CGM/072/2023 – Recomendação – Achados do Processo de Auditoria 1666/2023 – Proposição de melhoria na elaboração de Projeto de Lei;
- OFÍCIO/CGM/074/2023 – Solicitação – Orientação para preenchimento de questionário online – fiscalização do Programa Nacional de Transparência Pública;
- OFÍCIO/CGM/075/2023 – Solicitação – Orientação para preenchimento de questionário online – fiscalização do Programa Nacional de Transparência Pública;
- OFÍCIO/CGM/077/2023 – Recomendação – Termo de Notificação Eletrônico 1728/2023 do TCEES – Descumprimento do limite de alerta de alerta de despesa total de pessoal no 1º semestre de 2023 (§1º, art. 59, LRF); Alerta de possibilidade de adoção do mecanismo de ajuste fiscal (art. 167-A, CRFB/88);
- OFÍCIO/CGM/081/2023 – Solicitação – Análise e aprovação das Minutas de normativas referente aos indicadores da Transparência Capixaba;
- OFÍCIO/CGM/091/2023 – Reitera OFÍCIO/CGM/143/2022 – Recomendação de Aprovação da Minuta de Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Sistema Financeiro – Procedimento de concessão e pagamento de diárias;
- OFÍCIO/CGM/092/2023 – Orientação-Recomendatória – Observância do cumprimento das normas do art.21, art.16 e art.17 da LRF;
- OFÍCIO/CGM/094/2023 – Recomendação – Decreto de encerramento de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

exercício de 2023;

- OFÍCIO/CGM/096/2023 – Recomendação – Regulamentação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021);
- OFÍCIO/CGM/097/2023 – Solicita – Adoção de medidas faz Recomendações do Procedimento de Investigação Preliminar nº 005/2021 – Processo nº 4118/2021;
- OFÍCIO/CGM/099/2023 – Solicita – Informações acerca do ponto de controle PCM 08/2023 – Prefeitura Municipal de Águia Branca – Repasse do Duodécimo;
- OFÍCIO/CGM/105/2023 – Comunicação – CidadES Folha de Pagamento – Consistências 6235 e 8921 – Impeditivas para o exercício de 2024;
- OFÍCIO/CGM/114/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/115/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/116/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/117/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/118/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/119/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/120/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/121/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- OFÍCIO/CGM/122/2023 – Comunicação – CidadES Folha de Pagamento – PCF – Novas consistências de vantagens – orientações;
- OFÍCIO/CGM/123/2023 – Comunicação – Novo procedimento para Ressarcimento de Diárias – Instrução Normativa SFI nº 03/2022;
- PARECER/CGM/001/2023 – Processo de Aposentadoria nº 2339/2023;
- PARECER/CGM/002/2023 – Análise quanto ao procedimento de pagamento de multa no Processo de Despesa nº 347/2023;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/003/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2363/2023;
- PARECER/CGM/004/2023 – Processo Licitatório nº 032/2021 – Aplicação de Recursos Fundeb
- PARECER/CGM/005/2023 – Recebimento indevido de valores por servidor;
- PARECER/CGM/006/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2382/2023;
- PARECER/CGM/007/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2383/2023 – Solicita correção de irregularidades;
- PARECER/CGM/008/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2383/2023;
- PARECER/CGM/009/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2396/2023;
- PARECER/CGM/010/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2412/2023;
- PARECER/CGM/011/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2427/2023;
- PARECER/CGM/012/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2426/2023;
- PARECER/CGM/013/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2438/2023;
- PARECER/CGM/014/2023 – Designação de servidor para trabalhos técnicos;
- PARECER/CGM/015/2023 – Quanto à possibilidade de conceder cota de combustível aos Vereadores;
- PARECER/CGM/016/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2455/2023;
- PARECER/CGM/017/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2456/2023;
- PARECER/CGM/018/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2457/2023;
- PARECER/CGM/019/2023 – Parecer Concurso Público – Edital nº 002/2022;
- PARECER/CGM/020/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2486/2023;
- PARECER/CGM/021/2023 - Processo de Aposentadoria nº 2487/2023;
- PARECER/CGM/022/2023 - Recebimento indevido de valores por servidor.

Ressalta-se nesta análise, que no exercício de 2023 a Controladoria Geral do Município emitiu 14 (quatorze) pareceres com a finalidade de avaliar os processos de Aposentadoria e Pensões iniciados, com base na Instrução Normativa Municipal SPP - 03/2015 e no Anexo VII da Instrução Normativa 68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

3.3 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

No ano de 2023, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas Municipais e normas de Acesso à Informação, conforme listagem abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Descrição	Situação
Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.431/2023
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 02/2019 – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aguardando análise e Aprovação
Regulamentação da aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei de Proteção de dados pessoais (LGPD) no âmbito da Administração Pública	Aprovada pelo Decreto nº 10.383/2023
Regulamentação das medidas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticadas contra a Administração Pública Municipal direta e indireta, e dá outras providências.	Aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023
Regulamentação do Plano de Dados Aberto – PDA 2023/2024 do Município de Águia Branca/ES	Aprovada pelo Decreto nº 10.385/2023

3.4 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal de Águia Branca – Contas de Governo, sob responsabilidade do Ordenador de Despesas, o Prefeito Municipal, Exmo. Jailson José Quiuqui.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, fiscal, previdenciária, financeira e patrimonial das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento da norma constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELUCI, RELACI, RELOCI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.5 Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria Geral é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2023.

No decorrer do exercício do ano de 2023, foram enviadas Recomendações no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2023, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meios de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 23 a 28 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	28/07/2023	28/07/2023	N
2º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 51 a 57. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/01/2024	30/01/2024	N

Fonte: Cidades. Portal da Transparência do Município.

No tocante ao acompanhamento dos limites previstos na Lei Complementar 101/2000, denota-se que o Município de Águia Branca, atendeu os preceitos dos artigos 19 e 20 da LRF, quanto ao gasto total de despesa com pessoal, que totalizou R\$ 26.107.767,37 (vinte e seis milhões e cento e sete mil e setecentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) alcançando um percentual de 45,42% no exercício de 2023, abaixo do limite máximo legal previsto de 54% da Receita Corrente Líquida.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante ao saldo da Dívida Consolidada Líquida verifica-se que o Município de Águia Branca não ultrapassou os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 e na Resolução 40/2001 do Senado Federal.

3.6 Relatório Resumido de Execução Orçamentária

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) compreende a situação fiscal do Município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa.

O relatório permite aos órgãos de controle interno e externo, aos usuários e à sociedade em geral conhecer, acompanhar e analisar o desempenho das ações governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). É pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal, conforme preceitua o artigo 165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2023, constatou-se a divulgação dos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meios de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.239 – pág. 09 a 30. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/03/2023	30/03/2023	N
2º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.777 – pág. 25 a 44. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/05/2023	30/05/2023	N
3º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 04 a 23. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	28/07/2023	28/07/2023	N
4º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.363 – pág. 04 a 26. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	29/09/2023	29/09/2023	N



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

5º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.402 – pág. 05 a 27. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/11/2023	29/11/2023	N
6º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 27 a 50. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	30/01/2024	30/01/2024	N

Fonte: Cidades. Portal da Transparência do Município.

3.7 Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no Município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca, Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Além disso, em maio de 2019, o Município de Águia Branca, através do Decreto nº 8.440/2019, regulamentou a criação da Ouvidoria Municipal, órgão ligado diretamente a Controladoria Geral, tendo como âmbito de ação a coordenação e o controle das ações municipais através da relação institucional direta com os munícipes nas questões relativas ao recebimento de sugestões, solicitações reclamações e denúncias acerca dos atos da Administração Pública e suas Unidades Executoras.

No exercício do ano de 2023, todas as solicitações registradas no e-SIC e na e-OUV (Ouvidoria) foram atendidas conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação
Ano de 2023

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2023
Janeiro	01	48 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	06	
Março	07	
Abril	05	
Maio	03	
Junho	04	
Julho	03	
Agosto	02	
Setembro	02	
Outubro	06	
Novembro	04	
Dezembro	05	

Relatório Anual da Ouvidoria Municipal. Exercício de 2023. disponível no link:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1801/arquivos/52D2F86F8181C220703B887CFD55A2D3.pdf>

Assevera-se que, no ano de 2023, foi realizada a Regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) através do Decreto nº 10.383/2023, além da Norma de Proteção ao denunciante aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023 que dispõe acerca das medidas de proteção à identidade dos denunciantes ilícitos e irregularidades praticadas contra a administração pública.

Ademais, foi aprovado o Plano de Dados abertos – PDA 2023/2024, através do Decreto nº 10.385/2023, que tem como finalidade orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Prefeitura Municipal de Águia Branca, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.8 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações de compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

No exercício de 2023, denota-se que a Controladoria Geral do Município promoveu fiscalização do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca, através do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas a realizar Levantamento Nacional da Transparência Pública cuja finalidade foi diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil, em observância as regras e diretrizes da Resolução Atricon nº 001/2023.

Além disso, ressalta-se a fiscalização realizada pela Controladoria Geral do Município em razão do Índice de Transparência e Governança Pública da Prefeitura Municipal de Águia Branca, que levou em conta a Metodologia aplicada pela Transparência Capixaba – ITGP, ao qual o Município de Águia Branca recebeu o Selo de Bronze em Qualidade em Transparência e Governança Pública 2023.

3.9 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2023, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA 2023”, realizado nos dias 09/02/2023 e 10/02/2023 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Painel: o controle social e sua importância para o controle interno e o desenvolvimento do Espírito Santo, realizado no dia 26 de maio de 2023, das 13h às 17h, no Auditório da Prefeitura de Vila Velha/ES;
- Reunião Técnica 2023 – FECONTES, realizada no dia 20 de novembro de 2023, das 14h às 16h, no Auditório da Receita Federal, em Vitória/ES;
- Encontro Estadual do Controle Interno – Gestão de Riscos em Compras e Contratações Públicas, realizado no dia 20 de novembro, a partir das 9h, no Auditório da Receita Federal, em Vitória/ES;

4. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2023.

5. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Reclamação TC nº 062/2023-1 – Ouvidoria do TCEES;
- Notícia de Irregularidade TC nº 161/2023-9 – Ouvidoria do TCEES;
- Notícia de Irregularidade TC nº 307/2023 – Ouvidoria do TCEES;
- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos de todo o país;
- Resposta ao Ofício de Submissão de Achados – Processo TC 1673/2022-5;
- Resposta ao Ofício nº 01/2023 – Termo de Designação 09/2023 – Levantamento de contratos de serviços terceirizados de mão de obra no Município de Águia Branca/ES;
- Resposta ao Ofício nº 01458/2023 – Monitoramento de ajustes contábeis – SICONFI;
- Resposta ao Ofício 1696/2023 – Informa responsável a servir de contato para fiscalização do Núcleo de Controle Externo de Edificações – NED;
- Resposta ao e-mail enviado dia 26/04/2023 – Monitoramento de ajustes contábeis – SICONFI;
- Manifestação – Processo TC nº3411/2021;
- Ofício de Comunicação – Informa problemas apresentadas na plataforma do PNTTP;
- Resposta ao Ofício 4066/2023 – Auditoria Operacional da Educação para Relações Étnico-raciais (AOp Erer);
- Projeto InterAgir – Diagnóstico sobre a estrutura e o funcionamento do sistema de controle interno nos municípios brasileiros;
- Ofício 03024/2023 do TCEES - Questionário - Política de atenção à primeira infância nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- Ofício 4104/2023-9 do TCEES – Questionário - ações de prevenção adotadas pelo Município são suficientes para mitigar os danos esperados, em caso de desastres naturais.

6. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Desse modo, alcança destaque a fiscalização realizada pelos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - CAOs/MPES, ao qual realizou pesquisa sobre o CONTROLE INTERNO MUNICIPAL, cujo objetivo é identificar como se encontram as atuais estruturas das unidades de Controle Interno nos municípios do Estado do Espírito Santo.

Além disso, vale destacar o Monitoramento do Procedimento de Investigação Criminal (PIC-MP) sob o nº MPES 2021.0019.3260-95.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Município de Águia Branca foram desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2023 através do PAAI/2023 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES.

Para o exercício de 2024, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a melhoria dos mecanismos de Transparência ao cidadão, e levantamento acerca da atualização das normas de controle com vistas a dar continuidade à reestruturação do Sistema de Controle Interno.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pela unidade de Controle Interno, com a formulação de metas e análise de matriz de risco para os anos subsequentes.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2024.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021